



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
CORREGEDORIA GERAL**

CORREIÇÃO ORDINÁRIA Nº 04/2015

DATA DA VISITA: 11/03/2015

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CAMPO DO BRITO

PROMOTOR DE JUSTIÇA TITULAR: LÚCIO JOSÉ CARDOSO BARRETO LIMA

1) DADOS PESSOAIS E FUNCIONAIS

1.1 Data do vitaliciamento na carreira	21/03/2006
1.2 Data de designação/lotação na Promotoria de Justiça	01/11/2014
1.3 Atribuições	Plenas (Judicial, Extrajudicial e Eleitoral)
1.4 Exerce atribuições como Promotor Eleitoral	Sim (X) Não ()
1.5 Designado(a) para cumular suas atribuições em outra unidade do MP, nos últimos 03 meses	Sim () Não (X) Em que unidade? _____ Qual o período/dias da semana? _____
1.6 Reside na Unidade de lotação	Sim (X) Não ()
1.7 Endereço Residencial	
1.8 Autorizado(a) a residir fora da Comarca	Sim () Portaria de Autorização nº: _____ Data: Não (X)
1.9 Exerce o Magistério	Sim () Dados do Estabelecimento e carga horária: Não (X)
1.10 Férias/Licenças/Afastamentos	Período de férias do último ano: Maio/2014 Período de licenças do último ano: 04 a 06 de março de 2015 Período de Afastamento do último ano: Não houve

1.11 Observações da Corregedoria Geral

O Promotor de Justiça comunicou à Corregedoria Geral sobre seu gozo de férias no mês de maio de 2014, cumprindo com o disposto no art. 104 da Lei Complementar 02/90, bem como nos arts. 1º e 2º da Orientação de Serviço nº 01/2009 – CGMP.

2) DADOS DA PROMOTORIA

2.1 Servidores	Nome: JOSÉ JORGE RABELO BARRETO JUNIOR Cargo: Analista do MP (Efetivo) Nome: IANNY CAROLINY ALMEIDA SILVEIRA Cargo: Técnica do MP (Efetiva) Nome: ITAMAR FONSECA DA SILVA Cargo: (Estagiário)
2.2 A estrutura de apoio é	<input type="checkbox"/> Satisfatória <input checked="" type="checkbox"/> Insuficiente Observações: O Promotor informou que seria necessário mais um Técnico.
2.3 As instalações da Promotoria são adequadas e satisfatórias	Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Observações: O Promotor informou que havia a necessidade de reparo no gesso do banheiro do gabinete.
2.4 Horário de Funcionamento da unidade	07:00 h às 14:00 h
2.5 Dias/Horário de atendimento ao público	Todos os dias das 07:00 h às 14:00 h.
2.6 Quantitativo médio de atendimento ao público semanal	10 a 15.
2.7 Há registro dos atendimentos realizados	Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>
2.8 Dias de realização de audiências judiciais	Terça-feira, quarta-feira e quinta-feira
2.9 A internet está funcionando a contento	Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/> Observações: O Promotor informou que a velocidade é muito baixa, além de ficar sem conexão frequentemente.
2.10 A Promotoria realiza backup próprio	Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/> Observações:
2.11 Com que periodicidade é realizado o backup	Diária <input type="checkbox"/> Semanal <input type="checkbox"/> Mensal <input type="checkbox"/> Outra <input type="checkbox"/>
2.12 Como é realizado o acompanhamento das ações ajuizadas	<input checked="" type="checkbox"/> Quando do recebimento dos autos para manifestação <input type="checkbox"/> Outra forma de controle. Qual? _____
2.13 Livros/Pastas (físicas ou eletrônicas) existentes na Promotoria	(X) Ofícios recebidos. (X) Ofícios expedidos. (X) Atos, avisos, instruções normativas, recomendações, portarias e outros normativos do Conselho Nacional do Ministério Público, Procuradoria Geral de Justiça, Corregedoria Geral e Coordenadoria Geral. (X) Portarias de Procedimento Administrativo Preparatório e Inquérito Civil instaurados. (X) Controle de atendimento ao público. (X) TAC's homologados. (X) Guias do Sistema Arquimedes. (X) Autos de Prisão em Flagrante. (X) Peças Processuais elaboradas na Promotoria. (X) Eleitoral.

	(X) Livro de carga/protocolo. cópia de preenchimento dos formulários – sistemas do MP e CNMP (X) Visitas a Delegacias (X) CITT (X) Visitas a entidades de acolhimento () Visitas a Presídios () Visitas a unidades socioeducativas (X) Disque-100 (X) Outros. Especificar: Pasta de pauta de audiências, Associações, Remissões e Diversos.
2.14 Equipamentos existentes na Promotoria	(4) quantidade de computadores (1) quantidade de impressoras (2) quantidade de scanners (0) quantidade de fax () outros equipamentos. Observações: Nos Distritos de Macambira e São Domingos existem 01 computador e 01 impressora em cada.
2.15 Os Servidores estão aptos a operar os Sistemas do MP/SE e CNMP	Arquimedes: Sim (X) Não () Proej: Sim (X) Não () CITT: Sim (X) Não () IDEPOL: Sim (X) Não () MP-Mobile: Sim (X) Não () Disque-100: Sim (X) Não () Unidades de Acolhimento: Sim (X) Não () Unidades Socioeducativas : Sim (X) Não () Delegacias de Polícia: Sim (X) Não ()

2.16 Observações da Corregedoria Geral

O Promotor de Justiça informou, no formulário de Correição, que a estrutura de apoio era insuficiente, sendo necessária a lotação de mais um Técnico do MP.

De fato, consultando-se o número de processos judiciais remetidos à unidade, no período dos últimos seis meses (01/09/2014 a 28/02/2015 - fl. 145), verifica-se a quantidade de 961 feitos recebidos, gerando uma média mensal de 160 processos, equivalente ou superior ao de outras Promotorias semelhantes que possuem, todavia, estrutura de apoio melhor que a da Promotoria de Campo do Brito, a exemplo das Promotorias de Japaratuba e Neópolis, conforme tabela abaixo.

Some-se a essa demanda, ainda, a existência de dois Distritos, Macambira e São Domingos, enquanto que as Promotorias de Neópolis e Japaratuba possuem 01 Distrito cada.

	PROCESSOS RECEBIDOS PELA PROMOTORIA DE JUSTIÇA ¹	MÉDIA MENSAL	QUADRO DE SERVIDORES ²
PROMOTORIA DE JUSTIÇA			
PROMOTORIA DE CAMPO DO BRITO	961	160	01 Analista – Direito 01 Técnico
PROMOTORIA DE JAPARATUBA	680	113	01 Analista – Direito 01 Técnico 01 Assistente Administrativo
PROMOTORIA DE NEÓPOLIS	974	162	01 Analista – Direito 01 Técnico 01 Assistente Administrativo

O Promotor relatou que a internet não estava funcionando a contento, pois a velocidade era muito baixa, além de ficar sem conexão frequentemente, prejudicando o bom andamento dos serviços. No dia da correição, inclusive, a unidade estava sem nenhuma conexão de internet.

O Promotor também declarou que havia a necessidade de reparo no gesso do banheiro do gabinete.

Considerando que falece atribuição à Corregedoria Geral para lotação de Servidores, disponibilização de equipamentos e serviços de informática, bem como de reformas prediais, o presente relatório será encaminhado, para conhecimento, ao Procurador Geral de Justiça.

Quanto à existência de caixas de arquivo morto nas salas da Promotoria, a Corregedoria informa que as mesmas podem ser encaminhadas à Coordenadoria de Documentação e Memória do MP/SE, nos termos da Portaria PGJ nº 2.048/2014.

Constatando-se, por fim, que a Promotoria de Justiça não realizava *back-up* próprio, a Corregedoria Geral RECOMENDA que a unidade solicite mídias ao Setor de almoxarifado e realize o *back-up*, ao menos, uma vez por mês, a fim de não haver prejuízos à continuidade dos serviços.

¹ De acordo com dados extraídos do Sistema Arquimedes, no período de 01/09/2014 a 28/02/2015, às fl. 145.

² De acordo com informações da Diretoria de Recursos Humanos (Março/2015).

3) DADOS GERAIS DA COMARCA

Existe Juiz Titular na Comarca	(X) Sim () Não
Existe Defensor Público na Comarca	() Sim (X) Não
Existe Delegado de Polícia na Comarca	(X) Sim () Não
Como é feito o atendimento de diligências pela Autoridade Policial	() Satisfatório (X) Insatisfatório Observações:
Existe um bom relacionamento com as demais Autoridades da Comarca	(X) Sim () Não Observações:

4) ATUAÇÃO JUDICIAL

Local	TABELA 01 (Certidão às fls. 54/64)		
	Quantidade de processos com carga/vistas ao MP	Quantidade de processos há mais de 15 dias em gabinete	Quantidade de processos em trâmite na Vara
Campo do Brito	0	0	1020
Macambira	0	0	335
São Domingos	0	0	522

	TABELA 02 (Relatórios gerenciais do Arquimedes às fls. 11/20)		
	Quantidade de processos recebidos nos últimos 6 meses	Quantidade de processos devolvidos nos últimos 6 meses	Média processual mensal
Dados Estatísticos	961	974	160

CLASSE	TABELA 03 (Relatório do Arquimedes às fls. 11/20)	
	Quantidade de processos recebidos nos últimos 6 meses	Quantidade de processos devolvidos nos últimos 6 meses
Processo Cível e do Trabalho	423	422
Infância e Juventude	67	68
Inquéritos Policiais	39	42
Termos Circunstanciados	-	-
Processo Criminal	215	220
Execução Penal	79	80
Outras Classes	138	142
Total da Promotoria	961	974

Local	TABELA 04 (certidões cartorárias às fls. 65/73)					
	Quantidade de Ações de Improbidade em andamento	Quantidade de Ações Cíveis Públicas em andamento	Quantidade de processos com réus presos	Quantidade de Ações penais do Tribunal do Júri em andamento	Quantidade de sessões do Júri realizadas nos últimos 6 meses	Quantidade de Inquéritos Policiais há mais de 6 meses em tramitação direta
Campo do Brito	2	13	7	-	2	0
Macambira	2	7	1	-	0	0
São Domingos	12	12	4	-	1	0

TABELA 05 - (Relatório do Arquimedes às fls. 11/20)	
Movimentos por Promotor/Período – Campo do Brito Fevereiro 2015	Quantidade
1. Ajuizamento	
1.1 – Denúncia	-
1.2 – Petição Inicial	-
1.3 Representação por Ato Infracional	-
2 – Alegações Finais	-
3 – Ciência	246
4 – Manifestação	450
5 – Recomendação	-
6 - Recurso	
6.1 – Razões	-
6.2 – Contrarrazões	-
6.3 – Interposição de Recursos	6
TOTAL	702

Local	ESTATÍSTICA ELEITORAL – TABELA 06 (Certidão à fl. 53)			
	Quantidade de inquéritos policiais eleitorais em andamento	Quantidade de processos eleitorais em andamento	Quantidade de processos/inquéritos eleitorais há mais de 15 dias em gabinete	Quantidade de processos eleitorais remetidos à Promotoria nos últimos 06 meses
24ª Zona Leitoral	2	0	0	3

4.1) OBSERVAÇÕES DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA

O Promotor de Justiça informou que, com relação ao quantitativo de Ações Penais do Tribunal do Júri em andamento, os Cartórios da Sede e dos Distritos da Comarca de Campo do Brito argumentaram que o TJSE desabilitou a consulta processual por tipo de crime, e que, para prestar as informações solicitadas, seria necessário que fossem analisados manualmente, um por um, todos os autos criminais, o que acarretaria prejuízo ao normal funcionamento dos serviços cartorários.

4.2) OBSERVAÇÕES DA CORREGEDORIA GERAL

No dia da correição, verificou-se que não havia nenhum processo judicial com carga/vista à Promotoria de Justiça, há mais de 15 dias em gabinete.

Foram juntadas peças processuais às fls. 83/144, referentes à atuação judicial da unidade, a exemplo de ação civil pública requerendo a suspensão de gastos decorrentes de procedimentos de inexigibilidade de licitação, contrarrazões em processo criminal, dentre outras.

O Promotor de Justiça disse que as instalações do Distrito de Macambira estavam interditadas, por conta de uma enchente ocorrida em 2014, e que as audiências e atendimentos estavam sendo realizados na sede da Comarca.

5) ATUAÇÃO EXTRAJUDICIAL

() Não exerce atribuição extrajudicial

(X) Exerce atribuição extrajudicial

Curadorias: Todas.

5.1) PROCEDIMENTOS EM ANDAMENTO (Relatório do PROEJ às fls. 21/35)

Trâmites	Notícia de Fato	PP	IC
Em andamento	14	46	69
Fora do Prazo	0	0	0
Numeração dos procedimentos mais antigos (anteriores há 2012)	0	0	32.09.01.0007 32.08.01.0005 32.11.01.0163 32.11.01.0238 32.11.01.0030 32.11.01.0029
Procedimentos com mais de 90 dias sem movimentação	0	0	0

5.2) ESTATÍSTICA EXTRAJUDICIAL (fls. 21/35)

EXTRAJUDICIAL – PROVIDÊNCIAS DECORRENTES (Período: 10/03/2014 a 10/03/2015)						
Quantidade de ações cautelares ajuizadas	Quantidade de ações civis públicas ajuizadas	Quantidade de ações de improbidade ajuizadas	Quantidade de ações criminais ajuizadas	Quantidade de TAC's homologados	Quantidade de ações de execuções ajuizadas	TOTAL
0	35	12	1	0	3	51

EXTRAJUDICIAL – ESTATÍSTICA GERAL (Período: 10/03/2014 a 10/03/2015)								
Quantidade de Trâmites realizados ³	Quantidade de instauração de Notícias de Fato	Quantidade de instauração de Procedimentos Preparatórios	Quantidade de instauração de Inquéritos Cíveis	Quantidade de Audiências Extrajudiciais realizadas	Quantidade de Audiências públicas realizadas	Quantidade de Recomendações Expedidas	Arquivamentos sumários	Arquivamentos com remessa
1.447	142	83	40	21	0	0	53	63

5.3) PRINCIPAIS ACP'S EM CURSO

Principais ACP's em curso	
Número da ACP	Objeto da ACP
201363001286	Estruturação de Escolas
201463000371	Implementação de Esgotamento Sanitário

³ O total de trâmites do Promotor Dr. Lúcio José Cardoso Barreto Lima, no período de 10/03/2014 a 10/03/2015, inclui movimentos nas Promotorias de Campo do Brito e Poço Verde. Em Poço Verde, foram realizados 342 trâmites, desde a remoção do Promotor para a Comarca, em 23/10/2014.

5.4) PRINCIPAIS TAC'S HOMOLOGADOS/RECOMENDAÇÕES EXPEDIDAS

Principais TAC's homologados/Recomendações expedidas no último ano (anexar cópias)	
Número do TAC/Recomendação	Temática

5.5) OBSERVAÇÕES DA CORREGEDORIA GERAL

Considerando o excesso de prazo na condução dos procedimentos administrativos mais antigos, com instauração anterior ao ano de 2012, a Corregedoria Geral, consubstanciada em entendimento do CNMP⁴, entende deva **ser dada prioridade no andamento** desses procedimentos, uma vez que tramitam a um período demasiadamente longo e que houve grandes intervalos de tempo entre as diligências realizadas.

A Corregedoria Geral também reforça o disposto na Recomendação CGMP n° 03/2014 e Orientação de Serviço CGMP n° 03/2014, nas quais recomenda/orienta aos Promotores de Justiça, com atribuições extrajudiciais, que se abstenham de realizar atos de instrução nas “Notícias de Fato”, devendo, portanto, decidir, no prazo de 30 (trinta) dias, se instauram ou não o procedimento preparatório ou inquérito civil, observado o preconizado no art. 5º da Resolução N.º 23 do Conselho Nacional do Ministério Público e nos artigos 32 e seguintes da Resolução N.º 002/2008 – CPJ.

O membro do Ministério Público poderá colher informações preliminares imprescindíveis para deliberar sobre a instauração ou não de inquérito civil ou procedimento preparatório, tais como solicitações de realização de diligências ou apresentação de documentos e convites, sendo vedada a expedição de notificações e requisições nos autos da Notícia de Fato.

⁴ Processo CNMP n° 0.00.000.000422/2014-99, que tem como requerido o Ministério Público de Sergipe.

6) ALIMENTAÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Relatórios	Em dia	Pendente	Sem Atribuição
ARQUIMEDES (fls. 11/20)	X		
CITT (Interceptações Telefônicas) – Res. 36/CNMP – fl. 36	X		
Entidades de Acolhimento – Res. 71/CNMP			X
Unidades Prisionais – Res. 56/CNMP			X
Unidades Sócio-Educativas – Res. 67/CNMP			X
Delegacias de Polícia – Res. 20/CNMP	X		
DISQUE 100 – fl. 43 (0) Caixa de entrada (9) Em análise (46) Arquivadas	X		

6.1) Observações da Corregedoria Geral

Seguindo recomendações expedidas na Orientação de Serviço CGMP nº 02/2014, que se refere ao controle das atividades ministeriais das Promotorias de Justiça, os dados processuais devem ser lançados no sistema Arquimedes, utilizando-se da taxonomia presente nas tabelas unificadas de classes, assuntos e movimentos estabelecidas pelo Conselho Nacional do Ministério Público, nos termos da Resolução nº 63, para que sejam gerados os relatórios de atividades, na formatação prevista na Resolução nº 74 do CNMP. **A Promotoria de Justiça estava com o preenchimento regular do sistema Arquimedes.**

Nos casos de comprovada impossibilidade técnica, operacional ou de recursos humanos, de alimentação do sistema ARQUIMEDES, ainda que temporária, e após autorização da Corregedoria Geral, fica estabelecida a obrigatoriedade do registro manual dos atos praticados por membros e servidores, que impulsionam os processos judiciais.

Nos casos de registro manual, devem ser preenchidas as planilhas, de acordo com a tabela de assuntos, e encaminhadas à Corregedoria Geral, através do endereço eletrônico cgmp@mpse.mp.br, até o dia 10 do mês subsequente.

As denúncias do Disque-100 estavam com regular andamento.

Em relação às visitas a Delegacias de Polícia, a Corregedoria Geral informa que, com as recentes alterações da Resolução CNMP nº 20/2007, nas unidades em que não há presos, a visita, a partir de 2015, deverá ser realizada semestralmente. Nas visitas semestrais, os Promotores de Justiça preencherão os formulários da Resolução CNMP 20/2007, disponíveis no site da Corregedoria, e deverão lançar os dados em sistema informatizado próprio do Conselho Nacional do Ministério Público, até o dia 05 do mês subsequente, através do link <http://sistemaresolucoes.cnmp.mp.br/login.seam?cid=14254>.

7) VISITAS

7.1 VISITAS A DELEGACIAS DE POLÍCIA Sim Não Sem atribuição

7.2 VISITAS A PRESÍDIOS Sim Não Sem atribuição

7.3 VISITAS A ENTIDADES DE ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RISCO Sim Não Sem atribuição

7.4 VISITAS A UNIDADES SOCIOEDUCATIVAS Sim Não Sem atribuição

7.5 OUTRAS VISITAS EXTERNAS Sim Não

8) ELOGIOS, PRÊMIOS, CURSOS E CONGRESSOS

Não foram prestadas informações pelo Promotor de Justiça.

9) PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

9.1) Desenvolve ou apoia algum projeto ou programa de interesse social para a Comunidade?	<input type="checkbox"/> Sim
	<input checked="" type="checkbox"/> Não
9.2) Se desenvolver algum projeto ou programa de interesse social, citar qual(quais):	
9.3) Observações gerais/Justificativa	

10) CONCLUSÕES DA CORREGEDORIA GERAL

Observou-se que os sistemas do MP estavam sendo devidamente alimentados, apesar das dificuldades em relação a internet.

A Promotoria de Justiça estava organizada, observando-se um bom entrosamento entre Servidores e Promotor de Justiça. O Promotor de Justiça Lúcio José Cardoso Barreto Lima elogiou os Servidores da unidade, destacando o empenho deles para atender a elevada demanda de serviços e ressaltando a necessidade de lotação de mais um Técnico do MP.

Quanto ao problema do mal funcionamento da internet, a Corregedoria Geral levou a questão ao Colégio de Procuradores, na reunião do dia 12/03/2015, constando em ata (fls. 146/147) que “a Promotoria de Campo do Brito estava sem internet a alguns dias, sem previsão de retorno, sendo relatado pelos Promotores a dificuldade em lançar os dados nos sistemas Arquimedes e no PROEJ. Indaga ao Procurador Geral de Justiça se a Promotoria de Justiça de Campo do Brito está entre as Promotorias de Justiça contempladas com a nova licitação para os serviços próprios de internet. O Doutor José Rony Silva Almeida informou que a Procuradoria Geral de Justiça fez ajustes a esse procedimento licitatório para os serviços próprios de internet, mapeando as unidades ministeriais com maior necessidade. A medida que a questão orçamentária melhorar, esse processo abrangerá o Estado todo”.

Como observação final registra-se a conduta zelosa e exemplar pela qual o Promotor de Justiça e sua equipe de auxiliares se pautam a conduzir suas atividades na Promotoria de Justiça da Comarca de Campo do Brito, mantendo-se os serviços judiciais, extrajudiciais e eleitorais absolutamente atualizados.

Ressalva-se, ainda, que os trabalhos correicionais verificam a situação da unidade ministerial num determinado momento, e que, mesmo após a Correição, os Promotores de Justiça devem manter os serviços da Promotoria em dia e organizados.

11) PROVIDÊNCIAS NECESSÁRIAS

Diante do que ficou registrado na presente Correição Ordinária, faz-se necessário o cumprimento das medidas abaixo assinaladas, **no prazo de 90 dias, quando serão novamente observados os sistemas da Promotoria e o cumprimento das determinações:**

a) que seja dada prioridade no andamento dos procedimentos administrativos fora do prazo e/ou instaurados antes de 2012, listados no item 5.1 deste relatório;

b) que a unidade solicite mídias ao Setor de almoxarifado e realize back-up próprio dos arquivos da Promotoria, ao menos, uma vez por mês, a fim de não haver prejuízos à continuidade dos serviços.

CONCEITO

1. Forma e qualidade de redação das peças processuais analisadas:

Ótimo (X) Bom () Insuficiente ()

2. Desempenho Atividade Judicial:

Ótimo (X) Bom () Insuficiente () Não se aplica ()

3. Desempenho Atividade Extrajudicial:

Ótimo (X) Bom () Insuficiente () Não se aplica ()

4. Desempenho Utilização dos Sistemas:

Ótimo (X) Bom () Insuficiente () Não se aplica ()

CONCEITO GERAL: Ótimo (X) Bom () Insuficiente ()

Pelo exposto, determino o encaminhamento de cópia deste relatório para conhecimento do Promotor de Justiça interessado, para, querendo, manifestar-se sobre seu teor, no prazo de 10 (dez) dias e, após, seja levado ao conhecimento do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, nos termos do art. 126 da Lei Complementar Estadual 02/90, art. 8º do Ato nº 04/90 – PGJ – CGMP, do art. 5º, parágrafo único, da Resolução nº. 43, de 16/05/2009 – CNMP, arts. 10, XI e 85 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público de Sergipe, e art. 64 do Regimento Interno da Corregedoria Geral.

Aracaju, 27 de março de 2015

Josenias França do Nascimento
Corregedor Geral do Ministério Público